

O PAPA E O CONCEITO DE CULTURA

Djacir Menezes

1.

Na última sessão deste Conselho^(*) foi distribuído o discurso de Sua Santidade João Paulo II por ocasião de sua visita à sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, pronunciado a 2 de junho deste ano. Do fundo de meu ceticismo político e religioso, comecei a ler o grande documento naquela atitude habitual dos que já conhecem os giros da pregação dos Santos Padres sobre temas que são objetos de longos e seculares pronunciamentos da Igreja através de horas conturbadas, no esforço comovente de corrigir o Homem. A praxe evangélica não dispensa citações bíblicas, apelos sagrados, acenos de paz e esperança, sempre presentes na voz de um magistério que insiste em opor à brutalidade das cobiças e paixões humanas a palavra e os sonhos de uma fraternidade que se desvanecem cada vez mais nos preságios dos horizontes nucleares.

Assim, tristemente nos habituamos a lançar o olhar distraído nos papéis vaticanos onde se refugiam esses sonhos, que embalam nossas ilusões e renascem no renascer das crises históricas, que vieram do passado, se renovam no presente e não obedecem às aflições dos rogos humanos.

2.

Quem percorre, mesmo fortuitamente, as páginas de autores que abordam os problemas dos fins do século passado, que tanto alvoroçaram a curiosidade pública e se congelaram na descrença das soluções oferecidas, tem oportunidade de medir a distância que nos separa daqueles entusiasmos políticos. Entre nós, longe das duas fogueiras européias, bastaria lembrar a época em que Rui, aos 27 anos, ia noivar em Friburgo e traduzir para Saldanha Maranhão o famoso livro de Ignaz von Doellinger **O Papa e o Concílio**, escrevendo-lhe a densa e erudita introdução, para avaliar a quentura das polêmicas travadas em torno de problemas hoje obsoletos, quais os da separação da Igreja do Estado, a laicização dos cemitérios, do casamento civil, coisas que o positivismo defendeu e arquivou a seu crédito.

No lombo do ultramontanismo, Rui desferiu suas flexadas ainda maçônicas. Rondava os passos do ultramontanismo o ciúme vigilante do poder civil, a exemplo do que acontecia na França desde a Restauração, com "os

(*) Conselho Federal de Cultura.

restos do bonapartismo clerical, por afinidade natural, engolfando-se nos elementos legitimistas" — conforme dizia Lamennais no *Affaires de Rome*, nas vizinhanças de 1840 (Paris, s/d., p. 262).

3.

Esse relance sobre aquele momento dá para mostrar a mudança de mentalidade ocorrida no espaço de um século. Mudança imposta pelas estruturas sociais e políticas que nos fazem ouvir, da boca de um Pontífice de grande estatura, na mais alta cátedra internacional, a lição de antropologia cultural que se contém na bela oração proferida na UNESCO, a 2 de junho. Não exagero. Ali se adverte mais de uma vez que:

"a dimensão fundamental é o homem, o homem em sua integridade, o homem que vive ao mesmo tempo na esfera dos valores materiais e na dos valores espirituais. O respeito dos direitos inalienáveis da pessoa humana é a base de tudo".

A vinculação entre as duas esferas é radical na conceituação da violência. Não estou forçando interpretação a fim de puxar brasa para sardinha suspeita. São palavras do Papa:

"toda ameaça contra os direitos do homem, quer no quadro dos bens materiais, quer no quadro dos bens espirituais, comete violência contra essa dimensão fundamental."

Esse "primado do espiritual" foi o sofisma básico de muitos exegetas da tradição religiosa. Agora ouvimos doutrina substancialmente ética, que me comprazo em acentuar por sua consonância com o que afirmam os antropólogos do culturalismo. E por que não dizer? até com as variantes filosoficamente comprometidas com o monismo dialético de fundo hegeliano, aquelas que se polarizam para o idealismo absoluto.

João Paulo II encontrou na frase tomista (que ele traduz — **só na Cultura o homem vive uma vida verdadeiramente humana**) — o sentido que a moderna antropologia dá à palavra "cultura": *genus humanum arte et ratione vivit*. A associação entre *ars* e *ratio* é a essência do processo criador que, alvorecendo no paleolítico, foi balbuciando, nas paredes das cavernas, os primeiros ensaios pictográficos da inteligência humana.

"A vida humana — ensina o excepcional espírito — é cultura no sentido também de que o homem se distingue e diferencia, através dela, de tudo o que existe por toda parte do mundo visível: o homem não pode dispensar a cultura."

Acrescentarei hereticamente: porque, dispensando-a, renunciaria a racionalidade. Não é outra coisa o que ensinam os modernos antropólogos como Kroeber, Frobenius, Malinovski, Thurnwald, Herskovics, Kardiner, muitos mais, a lista seria grande. A pesquisa da profunda interação entre **mente** e **mundo**, no processo social do trabalho, laço por excelência vinculativo da

comunicabilidade dos seres no desenvolvimento da racionalidade, gerou essa ambiência verdadeiramente humanizadora.

Talvez me acusem de extrapolar a lição pontifical, *in partibus infidelium*. Talvez, Mas isso deve ser posto à conta de quem lê as letras eminentes na ótica de uma educação feita em ares onde sopraram sempre as lufadas profanas. Volto a recolher outro pedaço que nos parece vivamente sintonizado com as ciências sociais:

“A cultura é um modo específico do “existir” e do “ser” do homem. O homem vive sempre segundo uma cultura que lhe é própria e que, por sua vez, cria entre os homens um laço que também lhes é próprio, determinando o caráter interhumano e social da existência humana. Na **unidade da cultura** como no modo próprio da existência humana, arraiga-se ao mesmo tempo a **pluralidade das culturas**, no seio da qual vive o homem. Nessa pluralidade, o homem desenvolve-se, sem perder, todavia, o contacto essencial com a unidade da cultura, enquanto dimensão fundamental e essencial de sua existência e de seu ser.”

De onde se infere que a **unidade** da cultura não lhe aniquila o **pluralismo** — o que facilmente se pode aceitar em virtude da compreensão dialética da identidade dos contrários. A clivagem entre o pensamento mítico e o pensamento lógico se realizou através do esforço que se manifesta nos primeiros ensaios da técnica — isto é, nos estilos do pensamento protoconceitual, que despontou no **trabalho** considerado como **conexão ativa entre homem e natureza**. Foi Hegel quem primeiro viu o lado gnosiológico do problema. Viu-o historicamente, na experiência cultural, entranhada nos mitos primitivos, no material lendário, na poesia, nas artes plásticas e pictóricas, depois objeto das investigações psicanalíticas da atividade onírica. Atenuou-se a cisão entre o “racional” e “afetivo-instintivo”, que vinha na herança da especulação clássica. A assepsia lógica começara na Ática, expurgando do pensamento científico os resíduos afetivos e míticos, que conduziria ao divórcio a vínculo entre o conhecimento intelectual e o conhecimento sensível, quase dogma na filosofia do Medievo.

Diz-nos Bruno Snell que o grego é a “única linguagem que permite traçar a verdadeira relação entre a linguagem e o progresso da ciência, porque em nenhuma outra língua os conceitos cresceram diretamente do corpo da linguagem” (*The Discovery of the Mind*, Oxford, 1953, p. 227), espécie de “formação autóctona de termos científicos”. Tais teses, habilmente sustentadas pelo grande helenista, mostram-nos o papel especulativo que, naquele idioma, desempenhou o artigo, a substantivação do verbo e do adjetivo, o uso nominal do infinitivo, do pronome demonstrativo, bem como outros aspectos que fascinariam e embaraçariam Cícero nos seus entusiasmos helenisantes (J. Bre-

nous, *Étude sur les hellénismes dans la syntaxe latine*, Paris, 1895. Merguet *Lexikon zu den Philosophischen Schriften Cicero's*, Hildesheim — New York, 1971).

4.

O que tenho em vista agora é a embriogênese cultural da Espiritualidade, expressão empregada para indicar os sinais da historicidade da razão humana. Bem sei que tal ponto de vista recebe candente condenação da ortodoxia tradicional, pois fere princípios essenciais da Teologia, princípios que assinalam o **divortium aquarum** entre duas vertentes do pensamento filosófico universal. Isso, todavia, não nos impede de espiar por cima das cumiadas divi-sórias, desde que as duas vertentes estão na mesma paisagem total da redenção, onde labuta e sofre esse trapaceiro macaco às voltas com descobertas nucleares. Adverte-nos o grande documento pontifício:

“O homem e só o homem é o “ator” ou o “artesão” da cultura; o homem e só o homem nela se exprime e nela encontra seu próprio equilíbrio. “Todos nós aqui presentes encontramos-nos **sobre o terreno da cultura, realidade fundamental** que nos une e que é a base do estabelecimento da UNESCO. Por esse fato mesmo, encontramos-nos em torno do homem, e, em certo sentido, no próprio homem. Este **homem**, que se exprime e se objetiva em e pela cultura, é **uno, completo e indivisível**. É, simultaneamente, o sujeito e o artífice da cultura. Não se pode desde então encará-lo unicamente como a resultante de todas as condições concretas de sua existência, como a resultante — para não citar senão um exemplo — das relações de produção que prevalecem numa determinada época. **Este critério das relações de produção não seria de nenhum modo a chave para compreensão da historicidade do homem**, para compreensão de sua cultura e das múltiplas formas de seu desenvolvimento? Certo, tal critério constitui bem uma chave, preciosa chave mesmo, mas não é a chave fundamental, constitutiva. As culturas humanas refletem, indubitavelmente, os diversos sistemas de relações de produção; entretanto, não é este nem aquele sistema que é a origem da cultura, mas sim o homem, o homem que vive no sistema, que o aceita ou procura mudá-lo. Não se pode pensar uma cultura sem subjetividade humana e sem causalidade humana; mas, no domínio cultural, **o homem é sempre o fato primeiro: o homem é o fato primordial e fundamental da cultura.**”

A longura da citação justifica-se em toda linha. Nessa sutil e escorregadia problemática de espiritualidade e de ética, permitam-me a ilusão de ter encontrado pontos de apoio na lição que os estudiosos ouviram pela voz pontifícia no alto órgão da representação internacional.

Karl Marx, quando ainda não se desprendera da placenta hegeliana, escreveu também que a raiz da cultura é o próprio homem. Nessa época, ainda não forjara a tese de que a consciência era o mero reflexo das condições sociais de produção, que seria o estribilho badalado da luta de classes e de toda uma Política que conduz aos métodos do Estado totalitário.

O conceito que a filosofia e a sociologia modernas denominam de "praxis" descende da especulação hegeliana, que não diverge, fundamentalmente, das notas semânticas que caracterizam a concepção implícita no discurso do Papa, cujos excertos estou transcrevendo com reverência. Ele nos declara, nitidamente, que **"o homem e o fato primário, o fato primordial e fundamental da cultura"**, e **"no conjunto integral de sua subjetividade espiritual e material"**. A chamada cultura material nos aparece como "uma espiritualização da matéria, uma submissão do elemento material às forças espirituais do homem, isto é, à sua inteligência e à sua vontade, enquanto, de outra parte, as obras da cultura espiritual manifestam, de maneira específica, uma **materialização do espírito**, uma encarnação do que é espiritual". Explica-nos ainda o Pontífice que "essa dupla caracterização parece ser, nas obras culturais, igualmente primordial e igualmente permanente".

Temos aí a **trans-figuração** do mundo material em mundo espiritual por obra da práxis humana, em termos de mediação hegeliana, profunda dialética que se expressa nas metamorfoses do trabalho. É o que se lê na **Fenomenologia do Espírito** desde 1867. Ali não se trata do trabalho historicamente **concreto**, conforme pretendeu Marx, mas **abstrato**. Digamos, um trabalho **especulativo**, essência da práxis, genítriz da cultura, com a socialidade do **natural** e a naturalidade do **social**. Esse aspecto foi visionado pelo Marx pré-marxista, o Marx ainda hegeliano dos manuscritos de 1838-40, que só vieram a lume em 1931. Não deixa de ser curioso aprofundar o pensamento pontifício a luz desse hegelianismo ainda perto das fontes da teologia protestante.

"Eis, pois, a guisa de conclusão teórica — diz-nos o Sumo Pontífice — uma base suficiente para compreender a cultura através do homem integral, através de toda a realidade de sua subjetividade. Eis também — no domínio do agir — a base suficiente para buscar sempre na cultura do homem integral, do homem inteiro, em toda a verdade de sua subjetividade espiritual e corporal; a base que é suficiente para **não sobrepor à cultura** — um sistema autenticamente humano, síntese esplêndida do espírito e do corpo — **das divisões e das oposições preconcebidas.**"

Em certa sintonia com tal pensamento, traslado de Henri Arvon:

"A práxis hegeliana é bem a atividade prática humana, promovida ao nível de atividade espiritual que engloba e lhe confere sua significação".

Assim, chegamos perigosamente à encruzilhada entre materialismo e espiritualismo. O devenir das coisas **naturais** em coisas **culturais** opera-se mediante a práxis histórica: a realidade objetiva se humaniza sob forma de **cultura**. Nesta interpretação fenomenológica (veja-se bem!) não se trata de asseverar, como fez Marx, que os regimes de produção determinem a consciência do homem, o seu ser (**das Bewusstsein de Menschen, das ihr Sein**), tese fundamental exposta em 1859 na **Zur Kritik der politischen Oekonomie** (Berlin, ed. Kantsky, 1930, p. LV). Não perderei o ensejo de notar que, ao impregnar-se de sentido axiológico, as categorias econômicas passam ao nível de categorias antropológicas, assimilando-se ao contexto cultural, o que não foi bem compreendido pelos marxistas. Nessa inserção, adquirem vivência humanística, que não permite a degradação do humano ao zoológico. Por isso, o conceito de "cultura" toma, inerentemente, conotações éticas, **onde a existência humana não atraiçoa a essência humana**.

Também quero apontar, *en passant*, a espantosa insensibilidade histórica, na genealogia do pensamento francês que vai de Descartes a Bergson, no que diz respeito ao problema gnosiológico do trabalho, tão profundamente pressentido na especulação alemã desde Fichte, ou mesmo desde o misticismo de Jacob Boehmer.

5.

Depois de exaltar os valores inevitáveis das fontes religiosas e mui especialmente do cristianismo, o grande Pontífice adverte: "é necessário **afirmar o homem por si próprio** e não por qualquer outro motivo ou razão: unicamente por si próprio!. Recordo a propósito, que o culturalismo científico é acusado de absolutizar a história e de esquecer a mensagem de Cristo e da missão da Igreja. Para o culturalismo, há congeminação entre **cultura** e **humanização**, se posso assim dizer. Do ponto de vista teológico, evidentemente, não é a cultura que forma o homem, mas o homem que cria a cultura, conforme a lição do Papa. Do contrário, teria que se fundamentar na dialética da Ação recíproca, teria como resultado a **natureza humanizada** como expressão da **cultura** — o que negaria o fundamento aristotélico em que Tomás de Aquino assentou a teologia cristã. A simultaneidade da dialética, que afirma o processo da negatividade recíproca, torna-se um princípio herético — e o hegelismo nesse ponto é dissidente do aristotelismo. Debalde alguns teólogos tentam vencer o impasse. Desde Van Wetter e Boschenski, sabem os mais atilados que o **saltum** é impossível. Para não alongar, remeto o leitor ao ensaio de Helmut Gollwitzer intitulado **Die marxistische Religionskritik und der christlich Glaube**, publicado em "Marxismus-Studien", 1962, 4. série, (Schriften der evangelischen Studiengemeinschaft, J.C.B. Mohr, Tübingen).(*)

(*) Ainda na mesma coleção de "Escritos da Comunidade Evangélica de Estudos", citaria, na 6a. série, o ensaio de Hans Braeker, **Die religionsphilosophische Diskussion in der Sowjetunion**, Tübingen, 1969.

Qual a tarefa primordial e essencial da cultura, de toda e qualquer cultura? A esta pergunta, responde-nos Sua Santidade: a educação. Ao seu olhar clarividente (nunca empreguei tão bem o adjetivo, que ultrapassa nosso horizonte!) — a educação deve fazer o homem cada vez mais homem. “Que ele possa **ser** mais e não apenas que ele possa **ter** mais!. E esclarece: que, na trama das relações inter-humanas e sociais, vença esse “sistema formado sobre a base desses falsos imperativos, de renúncias fundamentais”.

De onde vêm tais imperativos? Aponta serenamente:

“A civilização contemporânea tenta impor ao homem uma série de **imperativos aparentes**, que seus arautos (**porte-paroles**) justificam pelo recurso ao princípio do desenvolvimento e do progresso. Assim, por exemplo, em vez do respeito à vida, o “imperativo de desembaraçar-se da vida e de destruí-la; em vez do amor, que é comunhão responsável de pessoas, o “imperativo” do máximo gozo sexual estranho a qualquer senso de responsabilidade; em vez do “primado” da verdade das ações, o “primado” do comportamento corrente, do subjetivo e do sucesso imediato”.

Nesses três imperativos, facilmente identificamos os efeitos práticos do capitalismo concorrencial, básicos do liberalismo: a) redução da família ao acoplamento temporário; b) preparação periódica dos conflitos bélicos; c) a corrupção da **verdade**, isto é, a ciência empregada para a destruição e para a morte.

Quem assim nos fala do alto da cátedra de Pedro é um homem que saiu de uma nação historicamente muito sofrida, um polonês de luminosa dignidade chamado Karel Wojtyla que proclamou, *urbi et orbi*, a sobrevivência de sua pátria pelo milagre da cultura. *Genus humanum arte et ratione vivit*, frase que recolheu de Tomás de Aquino. A soberania das nações mergulha raízes na cultura — indica-nos. Os meios de comunicação social devem ajudar a nutrir a liberdade e a dignidade do homem. É uma traição convertê-los **em meios de dominação sobre outros homens** — “da parte de agentes do poder político como da parte de potências financeiras que impõem seu programa e seu modelo”.

Nessa denúncia, desmascara a tarefa falsificadora que corrompe a responsabilidade da família no processo educativo, a dignidade do cidadão no processo político, a paz universal no processo da humanidade. O que assoma, porém, no horizonte? A sombria ameaça das armas nucleares, que representa a aniquilação de toda herança espiritual sob a forma de “cultura”. Acima da **falácia dos imperativos aparentes** com que se pretendem mobilizar as consciências, só restará o **imperativo moral** como resistência ao esfacelamento dos vínculos que urdem a vitalidade da cultura.

“Dirijo-me a vós em nome desta ameaça terrível que pesa sobre a humanidade, e, ao mesmo tempo, em nome do porvir e do bem desta humanidade no mundo inteiro. E eu vos suplico: **desenvolvamos todos os esforços** para instaurar e respeitar, em todos os domínios da ciência, o primado da ética. Desenvolvamos sobretudo nossos esforços para preservar a família humana da horrível perspectiva da guerra nuclear!”

Na sua exortação, os direitos humanos são postos nas duas profundas dimensões — a dimensão material e econômica e a dimensão espiritual e interior, integrativas da existência humana. Reparai que não se vitupera a riqueza na litania das antigas pregações como *fons malorum*. Nem se exalta a pobreza como condição da virtude. As duas dimensões conjugam-se para dar o sentido da felicidade humana, nas duas componentes — **justiça e trabalho**.

Será que esta oração luminosa levantará as consciências para vencer a coligação noturna dos interesses entrincheirados nos mais vigorosos egoísmos dos regimes políticos, que dividem o planeta e armam os homens?